

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Dividendo	20/03/2012	Ordinária		0,11430
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	20/03/2012	Ordinária		0,00691
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	20/03/2012	Ordinária		0,01364
Reunião do Conselho de Administração	25/05/2012	Dividendo	25/05/2012	Ordinária		0,11948
Reunião do Conselho de Administração	25/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	25/05/2012	Ordinária		0,01387

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.099.563	1.120.795
1.01	Ativo Circulante	110.179	112.951
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.275	31.969
1.01.03	Contas a Receber	38.986	43.943
1.01.03.01	Clientes	38.969	43.926
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17	17
1.01.03.02.01	Partes relacionadas	17	17
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.807	280
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.807	280
1.01.07	Despesas Antecipadas	581	1.633
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.530	35.126
1.01.08.03	Outros	31.530	35.126
1.01.08.03.01	Outros Créditos	5.341	5.020
1.01.08.03.02	Titulos e Valores Mobiliários - Vinculados	26.189	30.106
1.02	Ativo Não Circulante	989.384	1.007.844
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.476	9.333
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	3.844
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	3.844
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.085	13
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.085	13
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.391	5.476
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.391	5.476
1.02.03	Imobilizado	30.001	31.501
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	30.001	31.501
1.02.04	Intangível	951.907	967.010
1.02.04.01	Intangíveis	951.907	967.010

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.099.563	1.120.795
2.01	Passivo Circulante	355.736	408.240
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.013	3.766
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.013	3.766
2.01.02	Fornecedores	10.882	14.735
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.882	14.735
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.466	7.800
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.466	7.800
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	6.287	7.626
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	179	174
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	139.850	118.648
2.01.04.02	Debêntures	139.224	117.748
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	626	900
2.01.05	Outras Obrigações	174.387	232.675
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.179	9.709
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	9.179	9.709
2.01.05.02	Outros	165.208	222.966
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	136.846	196.653
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	15.837	15.663
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	12.525	10.650
2.01.06	Provisões	20.138	30.616
2.01.06.02	Outras Provisões	20.138	30.616
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	12.857	19.911
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.281	10.705
2.02	Passivo Não Circulante	258.390	340.072
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	142.849	218.308
2.02.01.02	Debêntures	142.849	218.118
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	190
2.02.02	Outras Obrigações	56.278	59.008
2.02.02.02	Outros	56.278	59.008
2.02.02.02.03	Credor pela Concessão	52.638	55.099
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Federais	635	635
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	3.005	3.274
2.02.03	Tributos Diferidos	271	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	271	0
2.02.04	Provisões	58.992	62.756
2.02.04.02	Outras Provisões	58.992	62.756
2.02.04.02.04	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17.619	19.598
2.02.04.02.05	Provisão para Constituição de Manutenção	39.359	41.229
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.014	1.929
2.03	Patrimônio Líquido	485.437	372.483
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	53	31
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	53	31

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.04	Reservas de Lucros	69.905	69.905
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	9.396	9.396
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	112.932	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	172.952	366.564	175.597	355.812
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.880	-130.486	-75.554	-139.488
3.03	Resultado Bruto	108.072	236.078	100.043	216.324
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.569	-27.821	-10.736	-22.257
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.537	-27.789	-10.735	-22.256
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32	-32	-1	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	92.503	208.257	89.307	194.067
3.06	Resultado Financeiro	-15.607	-26.379	-11.631	-34.310
3.06.01	Receitas Financeiras	2.062	4.600	3.684	6.119
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.669	-30.979	-15.315	-40.429
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	76.896	181.878	77.676	159.757
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.225	-58.084	-22.772	-50.634
3.08.01	Corrente	-21.501	-53.970	-22.717	-48.690
3.08.02	Diferido	-2.724	-4.114	-55	-1.944
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	52.671	123.794	54.904	109.123
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	52.671	123.794	54.904	109.123
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,20069	0,47168	0,21000	0,42000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	52.671	123.794	54.904	109.123
4.03	Resultado Abrangente do Período	52.671	123.794	54.904	109.123

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	149.041	147.592
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	266.790	241.457
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	181.878	159.757
6.01.01.02	Depreciação e amortização	34.693	30.530
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado e intangível	3.140	474
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados	-198	-213
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	22.414	30.577
6.01.01.06	Variação monetária sobre credor pela concessão	4.834	5.601
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	2.100	2.227
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão p/ manutenção e provisão para construção de obras futuras	1.202	2.956
6.01.01.10	Premio de Opções	22	0
6.01.01.11	Constituição de provisão para manutenção	16.705	9.548
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-117.749	-93.865
6.01.02.01	Clientes	4.957	-1.090
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.527	-937
6.01.02.03	Despesas antecipadas	1.052	-1.815
6.01.02.04	Outros créditos e depósitos judiciais	-1.236	-1.066
6.01.02.05	Fornecedores	-3.853	-3.006
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	247	244
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.339	-1.063
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	-1.602	2.366
6.01.02.09	Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-4.079	-793
6.01.02.10	Outras contas a pagar	1.606	269
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-57.394	-48.132
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-26.746	-7.650
6.01.02.13	Juros pagos	-27.836	-31.191
6.01.02.14	Tributos diferidos	1	-1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.230	-29.145
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.800	-3.486
6.02.02	Aquisição de intangível	-18.430	-25.659
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-122.505	-113.256
6.03.01	Credor pela concessão	-7.121	-7.752
6.03.02	Títulos e valores mobiliários - vinculados	4.115	-648
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	0	126
6.03.04	Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	-48.835	-48.768
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	5	-145
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-70.669	-56.069
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.306	5.191
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.969	27.149
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	37.275	32.340

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	31	69.905	0	0	372.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	22	0	-10.862	0	-10.840
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.862	0	-10.862
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	22	0	0	0	22
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	123.794	0	123.794
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	123.794	0	123.794
5.07	Saldos Finais	302.547	53	69.905	112.932	0	485.437

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-50.000	-10.598	0	-60.598
5.04.06	Dividendos	0	0	-50.000	0	0	-50.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.598	0	-10.598
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.123	0	109.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.123	0	109.123
5.07	Saldos Finais	302.547	0	95.326	98.525	0	496.398

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	399.199	368.107
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	362.286	325.837
7.01.02	Outras Receitas	18.272	25.504
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	18.641	16.766
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-108.901	-117.335
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-87.384	-101.650
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.517	-15.685
7.03	Valor Adicionado Bruto	290.298	250.772
7.04	Retenções	-34.693	-30.530
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.693	-30.530
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	255.605	220.242
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.568	6.119
7.06.02	Receitas Financeiras	4.600	6.119
7.06.03	Outros	-32	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	260.173	226.361
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	260.173	226.361
7.08.01	Pessoal	14.685	13.879
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.350	10.955
7.08.01.02	Benefícios	2.768	2.360
7.08.01.03	F.G.T.S.	567	564
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	90.715	62.930
7.08.02.01	Federais	71.990	62.720
7.08.02.03	Municipais	18.725	210
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.979	40.429
7.08.03.01	Juros	15.311	21.153
7.08.03.03	Outras	15.668	19.276
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	123.794	109.123
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.862	10.598
7.08.04.02	Dividendos	0	50.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	112.932	48.525

Comentário do Desempenho

Ecovias anuncia resultados do 2T12 e 1S12: *EBITDA cresce 8,2% no 1S12*

São Bernardo do Campo, 9 de agosto de 2012 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2012 (2T12) e primeiro semestre de 2012 (1S12). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2011 (2T11) e primeiro semestre de 2011 (1S11).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 1S12 foi de R\$ 366.564 mil, crescimento de 3,0% em relação ao 1S11.
- O EBITDA de R\$ 242.949 mil no 1S12 demonstra um crescimento de 8,2% em relação ao 1S11, resultando em uma expressiva margem EBITDA de 66,3%.
- O lucro líquido foi de R\$ 123.794 mil no 1S12, atingindo um aumento de 13,4% com relação ao mesmo semestre do ano anterior.

Destaques (em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Tráfego – milhares de veículos equivalentes pagantes	13.410	13.507	-0,7%	28.628	27.928	2,5%
Tarifa Média (em R\$)	12,53	11,64	7,6%	12,65	11,67	8,4%
Receita Líquida	172.952	175.597	-1,5%	366.564	355.812	3,0%
Lucro Líquido	52.671	54.905	-4,1%	123.794	109.124	13,4%
EBITDA ²	109.944	104.712	5,0%	242.949	224.598	8,2%
Margem EBITDA	63,6%	59,6%	4,0 p.p	66,3%	63,1%	3,2 p.p
Capex	11.871	18.007	-34,1%	21.230	29.145	-27,2%
Dívida Líquida	-	-	-	219.236	331.153	-20,2%

²EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL+Despesas Financeiras Líquidas+Depreciação/Amortização

PERFIL DA COMPANHIA

A concessionária Ecovias dos Imigrantes opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. A concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 56 milhões de veículos equivalentes pedagiados, foi firmada em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a

Comentário do Desempenho

região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP059).

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou com o governo do Estado de São Paulo um termo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que resultou na prorrogação do prazo de exploração da concessão por mais cinco anos e dez meses.

A Ecovias dos Imigrantes faz parte do Grupo EcoRodovias, que administra 1.459,3 quilômetros de rodovias através de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul Rodovias do Sul (RS), que estão nos principais corredores de importação e exportação brasileiros e importantes pólos de turismo.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor a ter quatro de suas cinco concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental.

ANÁLISE DO RESULTADO

Receita Bruta

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 1S12 totalizou R\$ 399.199 mil, um crescimento de 8,4% em comparação aos 1S11.

O volume tráfego medido pelo conceito de veículos equivalentes pagantes, teve um aumento de 2,5% em relação ao 1S11 resultado de um aumento de 1,4% no tráfego de veículos comerciais, e um aumento de 3,3% do tráfego de veículos de passeio

O tráfego de veículos de passeio da Companhia registrou um crescimento devido, principalmente, ao aumento do turismo aliado às boas condições climáticas da região e aos feriados do trimestre.

As receitas acessórias e de prestação de serviços somaram R\$ 18.641 mil, um aumento de 11,2% sobre o mesmo semestre do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Volume de Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Passeio	7.151	7.165	-0,2%	16.439	15.909	3,3%
Comercial	6.259	6.341	-1,3%	12.189	12.018	1,4%
Total	13.410	13.506	-0,7%	28.628	27.927	2,5%

Nota:

Eixo equivalente é uma unidade básica de referencia em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Receita Bruta (em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Receitas de Pedágio	168.008	157.164	6,9%	362.286	325.836	11,2%
Receitas Acessórias	10.108	8.965	12,7%	18.641	16.766	11,2%
Receita de Construção ICPC-01	10.087	15.550	-35,1%	18.272	25.504	-28,4%
Total	188.203	181.679	3,6%	399.199	368.016	8,4%

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 1S12 apresentaram uma queda de 2,1% sobre o mesmo semestre do ano anterior, somando R\$ 158.275 mil.

As principais variações ocorridas foram:

- redução da despesa na linha Poder Concedente;
- redução da provisão de custo futuros de manutenção rodoviária decorrente da aplicação das normas do IFRS/ICPC.

Em relação à receita líquida, os custos operacionais e despesas administrativas, representando 43,2% da receita líquida, uma queda de 2,3 pontos percentuais quando comparados ao 1S11.

A tabela abaixo apresenta, em maiores detalhes, os custos operacionais e despesas administrativas da Ecovias:

Comentário do Desempenho

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Pessoal	6.900	6.700	3,0%	14.685	13.879	5,8%
Conservação e manutenção	4.094	4.006	2,2%	7.072	8.440	-16,2%
Serviços de terceiros	23.798	18.501	28,6%	42.985	36.523	17,7%
Seguros	997	987	1,0%	1.990	1.985	0,3%
Poder concedente	5.344	8.591	-37,8%	11.428	16.945	-32,6%
Depreciação e amortização	17.441	15.404	13,2%	34.693	30.530	13,6%
Provisão manutenção ICPC 01	7.340	13.077	-43,9%	16.705	19.923	-16,2%
Custo de construção de obras ICPC 01	10.088	15.549	-35,1%	18.272	25.504	-28,4%
Locações e aluguéis	636	598	6,4%	1.646	1.194	37,9%
Outros	3.778	2.875	31,5%	8.799	6.820	29,0%
TOTAL	80.416	86.288	-6,8%	158.275	161.743	-2,1%

EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 259.654 mil, um crescimento de 6,2% em relação aos R\$ 224.521 mil obtidos no 1S11. A Margem EBITDA Ajustada foi de 74,6%, apresentando uma crescimento de 0,6 ponto percentual.

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS no 1S12, o EBITDA totalizou R\$ 242.949 mil, um crescimento de 8,2% em relação aos R\$ 224.598 mil obtidos no 1S11.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 66,3% no 1S12, uma queda de 3,2 pontos percentuais em relação ao 1S11.

EBTIDA Ajustado sem IFRS (em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
EBTIDA IFRS	109.943	104.712	5,0%	242.949	224.598	8,2%
Receita de construção	(10.087)	(15.550)	-35,1%	(18.272)	(25.504)	-28,4%
Custos com construção	10.087	15.550	-35,1%	18.272	25.504	-28,4%
Provisão para manutenção	7.340	13.076	-43,9%	16.705	19.923	-16,2%
EBTIDA Ajustado	117.283	117.788	-0,4%	259.654	244.521	6,2%
Margem EBITDA Ajustada	72,0%	73,6%	-1,6 p.p	74,6%	74,0%	0,6 p.p

Comentário do Desempenho

EBTIDA						
(em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Lucro Líquido	52.671	54.905	-4,1%	123.794	109.124	13,4%
Imposto de renda e contrib.social	24.224	22.772	6,4%	58.083	50.634	14,7%
Resultado Financeiro	15.607	11.630	34,2%	26.379	34.310	-23,1%
Depreciação e Amortização	17.441	15.405	13,2%	34.693	30.530	13,6%
Outros efeitos financeiros	-	0	-	-	0,1	-
EBTIDA	109.943	104.712	5,0%	242.949	224.598	8,2%
Margem EBTIDA	63,6%	59,6%	3,9 p.p.	66,3%	63,1%	3,2 p.p.

Resultado Financeiro

O efeito financeiro líquido no 1S12 foi negativo em R\$ 26.379 mil, em comparação ao resultado negativo de R\$ 34.310 mil nos 1S11, representou uma queda de 23,1%.

A tabela a seguir apresenta o resultado financeiro em maiores detalhes:

Resultado Financeiro						
(em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Varição Monetária, líquida	(8.118)	(2.916)	178,4%	(11.349)	(14.437)	-21,4%
Juros sobre arrendamento mercantil e debêntures	(7.233)	(10.062)	-28,1%	(15.311)	(21.153)	-27,6%
Outros efeitos financeiros	(1.090)	1.030	n.m	(2.198)	93	n.m
Receitas Financeiras e outras	1.434	1.796	-20,2%	3.681	4.144	-11,2%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(600)	(1.478)	-59,4%	(1.202)	(2.957)	-59,4%
TOTAL	(15.607)	(11.630)	34,2%	(26.379)	(34.310)	-23,1%

Imposto de Renda e Contribuição Social

O 1S12 apresentou-se um aumento de 14,7%, decorrente de um acréscimo no resultado antes do imposto de renda e contribuição social quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido

O lucro líquido do 1S12 totalizou R\$ 123.794 mil onde representa um aumento de 13,4% em relação aos R\$ 109.124 mil apresentados no mesmo semestre do ano anterior,

Comentário do Desempenho

Em relação à receita líquida, o lucro líquido apresentou nos 1S12 margem de 33,8%, um acréscimo de 3,1 pontos percentuais comparando com o 1S11.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2012, a dívida total da Ecovias dos Imigrantes somava R\$ 282.700 mil, uma queda de 16,1% sobre os R\$ 394.154 mil apresentado no 1S11, sendo que em relação à dívida líquida, registramos uma queda de 20,2%.

A tabela abaixo apresenta a composição da dívida em maiores detalhes:

Endividamento (em milhares de R\$)	30/06/2012	31/12/2011	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures	282.074	335.866	-16,0%	IGP-M + 9,50% / 104,% CDI	nov/14
Financiamento e Arrendamento Mercantil	626	1.090	-42,6%	de 1,20% a 1,45% a.m.	de setembro – 2012 a junho - 2013
Dívida Total	282.700	336.956	-16,1%		
Caixa e equivalentes de caixa	37.275	31.969	16,6%		
Aplicação financeira vinculada (**)	26.189	30.106	-13,0%		
Dívida Líquida	219.236	274.881	-20,2%		

(**) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica “Títulos e valores mobiliários”.

CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecovias no 1S12 totalizaram R\$ 21.231 mil, 27,2% inferiores aos realizados no mesmo período do ano anterior onde totalizaram R\$ 29.145 mil no 1S11.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2012: Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações

Comentário do Desempenho

financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$187. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

As informações no comentário de desempenho no semestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na Bovespa.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 70 meses, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011”), publicadas no dia 16 de março de 2012 nos jornais Diário Oficial do estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

Notas Explicativas

A demonstração de Fluxo de Caixa em 30 de junho de 2011 foi reclassificada em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

Fluxo de Caixa Individual	Saldo de 30/06/2011 originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo de 30/06/2011 reapresentado
Caixa Gerado nas Operações:			
Atualização Monetária de Provisão para Manutenção e Provisão para Construção de Obras Futuras	2.277	679	2.956
Constituição de Provisão para Manutenção	(10.802)	20.350	9.548
Variações nos Ativos e Passivos:			
Pagamento de Manutenção e Construção de Obras	13.379	(21.029)	(7.650)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

Balanço Patrimonial	Saldo de 31/12/2011 originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo de 31/12/2011 reapresentado
Tributos Diferidos - Ativos	7.342	(3.498)	3.844
Tributos Diferidos - Passivos	(3.498)	3.498	-

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Em 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. A Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de junho de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	6.565	10.165
Aplicações financeiras (*)	<u>30.710</u>	<u>21.804</u>
	<u>37.275</u>	<u>31.969</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 99,8% e 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, no qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Para 30 de junho de 2012 o valor aplicado nessa modalidade é de R\$8.470 (31 de dezembro de 2011 de R\$4.084).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB	<u>26.189</u>	<u>30.106</u>

Formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 98% e 104,2% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 14).

Notas Explicativas

6. CLIENTES

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico (*)	31.754	39.601
Cupons de pedágio	1.441	1.142
Outras contas - receitas acessórias	<u>5.774</u>	<u>3.183</u>
	<u>38.969</u>	<u>43.926</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

Em 30 de junho de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	<u>38.950</u>	<u>43.900</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	-	14
De 31 a 60 dias	<u>19</u>	<u>12</u>
	<u>38.969</u>	<u>43.926</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 30 de junho de 2012, no montante de R\$581 (R\$1.633 em 31 de dezembro de 2011), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificados no circulante. Vide nota explicativa nº 29.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	5.476	3.041
Adições	769	3.487
Baixas	(612)	(2.236)
Atualização monetária	<u>758</u>	<u>1.184</u>
Saldo final	<u>6.391</u>	<u>5.476</u>

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>14.628</u>	<u>4.097</u>	<u>2.389</u>	<u>3.304</u>	<u>2.286</u>	<u>3.646</u>	<u>30.350</u>
Adições	1.815	1.260	84	-	28	299	3.486
Baixas	-	-	-	-	-	(474)	(474)
Depreciações	<u>(2.095)</u>	<u>(504)</u>	<u>(167)</u>	<u>-</u>	<u>(98)</u>	<u>(340)</u>	<u>(3.204)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>14.348</u>	<u>4.853</u>	<u>2.306</u>	<u>3.304</u>	<u>2.216</u>	<u>3.131</u>	<u>30.158</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	5,0	5,0	17,0	-

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.677	4.432	2.259	3.304	2.118	3.711	31.501
Adições	1.566	1.045	66	-	110	13	2.800
Baixas	-	-	-	-	-	(601)	(601)
Transferência	296	-	-	-	-	(296)	-
Depreciação	<u>(2.523)</u>	<u>(542)</u>	<u>(169)</u>	<u>-</u>	<u>(102)</u>	<u>(363)</u>	<u>(3.699)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>15.016</u>	<u>4.935</u>	<u>2.156</u>	<u>3.304</u>	<u>2.126</u>	<u>2.464</u>	<u>30.001</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	5,0	5,0	17,0	-

Em 30 de junho de 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures e do arrendamento mercantil financeiro (vide notas explicativas nº 13 e 14) ou de processos de qualquer natureza.

No semestre findo em 30 de junho de 2012, não foram capitalizados encargos financeiros. (em 30 de junho de 2011 foram capitalizados R\$145).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Intangível</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	954.703	440	687	955.830
Adições	24.789	797	73	25.659
Transferências	77	(77)	-	-
Amortizações	<u>(27.212)</u>	<u>-</u>	<u>(114)</u>	<u>(27.326)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>952.357</u>	<u>1.160</u>	<u>646</u>	<u>954.163</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-
	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Intangível</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	965.644	741	625	967.010
Adições	18.408	-	22	18.430
Baixas	(2.539)	-	-	(2.539)
Amortização	<u>(30.897)</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>	<u>(30.994)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>950.616</u>	<u>741</u>	<u>550</u>	<u>951.907</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização em 30 de junho de 2012 é de 5,49% a.a. (5,26% a.a. em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

Notas Explicativas**11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO****a) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativos		
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.990	6.663
Provisão para férias - diretoria	13	13
Juros capitalizados	<u>572</u>	<u>666</u>
	6.575	7.342
Passivos		
Provisão para manutenção e amortização do intangível	(3.768)	1.048
Juros capitalizados	(3.853)	(2.755)
Ônus fixo	994	(1.851)
Outros	<u>(219)</u>	<u>60</u>
	(6.846)	(3.498)
Ativo (passivo) diferido, líquido	<u>(271)</u>	<u>3.844</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012	172	1.194
2013	356	1.181
2014	344	1.181
2015	343	1.181
2016	344	1.181
Após 2016	<u>(1.830)</u>	<u>(2.074)</u>
	<u>(271)</u>	<u>3.844</u>

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do semestre os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(39.639)	(35.761)
Imposto de renda diferido	<u>(3.025)</u>	<u>(1.429)</u>
	<u>(42.664)</u>	<u>(37.190)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(14.331)	(12.929)
Contribuição social diferida	<u>(1.089)</u>	<u>(515)</u>
	<u>(15.420)</u>	<u>(13.444)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do semestre os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	181.878	159.757
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(61.839)	(54.317)
Juros sobre o capital próprio	3.693	3.604
Imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões permanentes	<u>62</u>	<u>79</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(58.084)</u>	<u>(50.634)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	<u>(53.970)</u>	<u>(48.690)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	<u>(4.114)</u>	<u>(1.944)</u>

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	2.835	3.468
Cofins	1.739	2.115
PIS	377	458
ISS na fonte	262	413
IRRF/PIS/COFINS/CSLL sobre prestação de serviços	527	1.024
Outros impostos	<u>547</u>	<u>148</u>
	<u>6.287</u>	<u>7.626</u>

Notas Explicativas

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	622	892
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>	<u>191</u>
	622	1.083
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>4</u>	<u>7</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>626</u>	<u>1.090</u>
Circulante	626	900
Não circulante	<u>-</u>	<u>190</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado” e refere-se a caminhões e apresenta R\$1.302 em 30 de junho de 2012 e R\$1.554 em 31 de dezembro de 2011.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Principal corrigido	274.037	327.588
Remuneração (juros)	10.295	11.125
Custos com emissão de debêntures	<u>(2.259)</u>	<u>(2.847)</u>
	<u>282.073</u>	<u>335.866</u>
Circulante	<u>139.224</u>	<u>117.748</u>
Não circulante	<u>142.849</u>	<u>218.118</u>

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

Notas ExplicativasDescrição

Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2012	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$5,76 3ª série - R\$9,04
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.
Garantias	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2012			31/12/2011		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2013	55.067	(557)	54.510	126.769	(1.145)	125.624
2014	88.865	(526)	88.339	93.020	(526)	92.494
	<u>143.932</u>	<u>(1.083)</u>	<u>142.849</u>	<u>219.789</u>	<u>(1.671)</u>	<u>218.118</u>

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
		<u>450.000</u>	<u>(8.925)</u>	<u>441.075</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>	Natureza	Ativo	Ativo	Ativo não	Passivo
		circulante	não	circulante	circulante
<u>Companhia</u>		Créditos	Créditos	Intangível	Contas
		diversos	diversos		a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	1.085	10.275	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.179</u>
Total em 30 de junho de 2012		<u>17</u>	<u>1.085</u>	<u>10.275</u>	<u>9.179</u>
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>17</u>	<u>13</u>	<u>40.425</u>	<u>9.709</u>

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	Natureza	Custo dos	Receita	Despesas
		serviços		gerais e
		prestados		administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	<u>(20.453)</u>	<u>119</u>	<u>(10.636)</u>
Total em 30 de junho de 2012		<u>(20.453)</u>	<u>119</u>	<u>(10.636)</u>
Total em 30 de junho de 2011		<u>(19.204)</u>	<u>113</u>	<u>(9.986)</u>

Notas Explicativas

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes partes relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$94.200, deste total foram incorridos R\$25.331, restando um saldo de R\$68.869 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta.
- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$58.381.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de junho de 2012, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 em R\$843 (R\$838 em 31 de dezembro de 2011).

A remuneração dos administradores no semestre está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Salários e ordenados	242	250
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 20.d)	22	-
Participação nos resultados	<u>180</u>	<u>220</u>
	<u>444</u>	<u>470</u>

Notas Explicativas**16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,62% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	144.712	13.379	-	158.091
Efeito do valor presente sobre constituição	(27.894)	(3.831)	-	(31.725)
Realização da manutenção	(75.256)	-	(7.650)	(82.906)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>14.258</u>	<u>-</u>	<u>2.685</u>	<u>16.943</u>
	<u>55.820</u>	<u>9.548</u>	<u>(4.965)</u>	<u>60.403</u>
Circulante	<u>12.418</u>			<u>17.285</u>
Não circulante	<u>43.402</u>			<u>43.118</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	192.606	19.791	-	212.397
Efeito do valor presente sobre a constituição	(34.630)	(3.086)	-	(37.716)
Realização da manutenção	(116.466)	-	(26.746)	(143.212)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>19.630</u>	<u>-</u>	<u>1.117</u>	<u>20.747</u>
	<u>61.140</u>	<u>16.705</u>	<u>(25.629)</u>	<u>52.216</u>
Circulante	<u>19.911</u>			<u>12.857</u>
Não circulante	<u>41.229</u>			<u>39.359</u>

Notas Explicativas**17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Efeito financeiro	30/06/2011
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>3.758</u>	<u>271</u>	<u>4.029</u>
	<u>5.626</u>	<u>271</u>	<u>5.897</u>
Não circulante	<u>5.626</u>	<u>271</u>	<u>5.897</u>
	31/12/2011	Efeito financeiro	30/06/2012
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>4.299</u>	<u>85</u>	<u>4.384</u>
	<u>1.929</u>	<u>85</u>	<u>2.014</u>
Não circulante	<u>1.929</u>	<u>85</u>	<u>2.014</u>

18. CREDOR PELA CONCESSÃO

	30/06/2012	31/12/2011
Parcelas fixas	66.736	68.646
Parcelas variáveis	<u>1.739</u>	<u>2.116</u>
	<u>68.475</u>	<u>70.762</u>
Circulante	<u>15.837</u>	<u>15.663</u>
Não circulante	<u>52.638</u>	<u>55.099</u>

De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de junho de 2012, restam 70 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 70,83% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2012 o desconto de R\$2.292, somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$2.542, e foi totalizado o valor líquido de R\$4.834 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica “Resultado financeiro”.

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	5.826	12.477
2014	11.758	11.394
2015	10.738	10.406
Posteriores a 2016	<u>24.316</u>	<u>20.822</u>
	<u>52.638</u>	<u>55.099</u>

19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/06/2011</u>
Cível (a)	11.682	112	(170)	130	11.754
Tributária (b)	526	723	-	15	1.264
Trabalhista (c)	<u>4.602</u>	<u>1.005</u>	<u>(623)</u>	<u>242</u>	<u>5.226</u>
	<u>16.810</u>	<u>1.840</u>	<u>(793)</u>	<u>387</u>	<u>18.244</u>

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/06/2012</u>
Cível (a)	11.553	42	(3.219)	205	8.581
Tributária (b)	1.769	252	(6)	163	2.178
Trabalhista (c)	<u>6.276</u>	<u>1.144</u>	<u>(854)</u>	<u>294</u>	<u>6.860</u>
	<u>19.598</u>	<u>1.438</u>	<u>(4.079)</u>	<u>662</u>	<u>17.619</u>

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2012, R\$5.654 (R\$4.921 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2012, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$13.709 (R\$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Ecovias possuía um a processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. Em julho de 2012 foi dado ganho de causa em processo transitado em julgado sem desembolso para Ecovias.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2012, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$7.326 (R\$6.795 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito é de R\$314.052, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. O capital social integralizado de R\$302.547 estava representado por 262.452.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

Notas Explicativas

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia concede a alguns executivos plano de opção em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar os membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e empregados-chave que não sejam administradores estatutários da Companhia.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de junho de 2012, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$22 (em 31 de dezembro de 2011, R\$31).

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em março de 2012, a Companhia efetuou pagamento de dividendos e juros o sobre capital próprio que totalizaram R\$35.400, sendo R\$31.819 relativos aos lucros do exercício de 2011 e R\$3.581 relativos aos lucros intermediários de 2012.

Em maio de 2012, a Companhia efetuou pagamento de dividendos e juros o sobre capital próprio que totalizaram R\$35.000, sendo R\$31.359 relativos aos lucros do exercício de 2011 e R\$3.641 relativos aos lucros intermediários de 2012.

O saldo de dividendos a pagar em 30 de junho de 2012 é de R\$136.846.

21. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter o reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo “TAM” 08/2006, compensou, até 30 de novembro de 2011, vigência do referido termo, o valor de R\$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a Companhia não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa

Notas Explicativas

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	143.772	136.581
Pedágio por equipamento eletrônico	192.560	164.660
Vale-pedágio e pedágio em cupons	25.600	24.596
Outras	<u>354</u>	<u>-</u>
	362.286	325.837
Receitas com construção	18.272	25.504
Receitas acessórias (*)	<u>18.641</u>	<u>16.766</u>
	36.913	42.270
Receita bruta	399.199	368.107
Deduções de receita (**)	<u>(32.635)</u>	<u>(12.295)</u>
Receita líquida	<u>366.564</u>	<u>355.812</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(**) A partir de 1º de dezembro de 2011, a Companhia não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa, vide nota explicativa nº21.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Pessoal	14.685	13.879
Conservação e manutenção	7.072	8.440
Serviços de terceiros (*)	42.985	36.523
Seguros	1.990	1.985
Poder Concedente	11.428	16.945
Provisão para manutenção	16.705	19.923
Custos com construção	18.272	25.504
Depreciação e amortização	34.693	30.530
Locações	1.646	1.194
Outros	<u>8.799</u>	<u>6.821</u>
	<u>158.275</u>	<u>161.744</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	130.486	139.488
Despesas gerais e administrativas	<u>27.789</u>	<u>22.256</u>
	<u>158.275</u>	<u>161.744</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções de R\$2.575, assessoria e consultoria de R\$36.966 e outros de R\$3.444.

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	3.681	4.144
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	886	1.974
Outras	<u>33</u>	<u>1</u>
	<u>4.600</u>	<u>6.119</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures e financiamentos	(15.311)	(21.153)
Variação monetária sobre debêntures	(7.401)	(10.810)
Variação monetária sobre direito de outorga	(4.834)	(5.601)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(588)	(588)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de concessão	(1.202)	(2.277)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(960)	
Outras	<u>(683)</u>	<u>-</u>
	<u>(30.979)</u>	<u>(40.429)</u>
Resultado financeiro	<u>(26.379)</u>	<u>(34.310)</u>

25. LUCRO POR AÇÃO

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,47</u>	<u>0,42</u>

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro do semestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	<u>123.794</u>	<u>109.123</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de junho de 2012, a participação nos lucros e resultados foi de R\$952 (R\$574 em 30 de junho de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 13 e nº 14, deduzidos de caixa e saldo de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras: formadas por CDB, Fundos de investimentos e Renda Fixa, remunerados a taxas que variam entre 97,7% e 102,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (i)	282.699	336.956
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(63.464)</u>	<u>(62.075)</u>
Dívida líquida	<u>219.235</u>	<u>274.881</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>485.437</u>	<u>372.483</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,45</u>	<u>0,74</u>

(i) A dívida é definida como arrendamento mercantil financeiro e debêntures circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2012 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	38.969	38.969
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	30.710	30.710
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	7.953	7.953
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	626	626
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	282.073	284.332
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	68.475	83.975

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

- (i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme Preço Unitário - PU, atualizado em 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$31.754 (R\$39.601 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

Notas Explicativas

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</u>	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses Em diante</u>	<u>Total</u>
Arrendamento mercantil financeiro	16,71% a.a.	626	-	-	-	626
Credor pela concessão	IGP-M	18.766	5.826	11.758	35.054	71.404
Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	139.224	54.510	88.339	-	282.073

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e do saldo credor pela concessão:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer (*)</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	7.466	8.759	10.057
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	43.195	47.215	51.236
Credor pela concessão	Alta do IGP-M	3.430	4.291	5.145

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer total, até os vencimentos dos respectivos passivos.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Notas Explicativas

A taxa considerada foi a seguinte:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	10,61%	13,26%	15,92%
IGP-M (b)	5,14%	6,43%	7,71%

(a) Refere-se à taxa do CDI dos últimos 12 meses em 30 de junho de 2012.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M dos últimos 12 meses em 30 de junho de 2012.

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 30 de junho de 2012, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$87 (R\$74 em 30 de junho de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	Maio de 2012 a maio de 2013	246.241
Responsabilidade civil	Maio de 2012 a maio de 2013	814.935
“All Risks” - Danos Materiais	Maio de 2012 a maio de 2013	2.650.615
“All Risks” - Engenharia	Maio de 2012 a maio de 2013	74.041
“All Risks” – Perda de Receita	Maio de 2012 a maio de 2013	814.935
Equipamentos	Maio de 2012 a maio de 2013	1.681
Veículos	Junho de 2012 a junho de 2013	Tabela Fipe

Notas Explicativas

30. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita de construção	18.272	25.504
Custos de construção	<u>(18.272)</u>	<u>(25.504)</u>
	=====	=====

Em 30 de junho de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$422.882 (R\$433.613 em 31 de dezembro de 2011).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 3 de agosto de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria, e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a informação intermediária referente à demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparada sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias, de acordo com o CPC 21, tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ismar de Moura
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 179631/O-2